

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Das teorias de movimentos sociais à análise de redes sociais.

Euzineia Carlos.

Cita:

Euzineia Carlos (2009). *Das teorias de movimentos sociais à análise de redes sociais. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1699>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/zWx>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Das teorias de movimentos sociais à análise de redes sociais

Euzineia Carlos¹

Universidade de São Paulo (USP)

Resumo:

O propósito deste trabalho é (1) discutir as contribuições da análise de redes sociais ao estudo da ação coletiva ao longo de um *continuum* temporal que perpassa períodos de protesto público e de articulação com canais da política institucional e, por conseguinte, (2) reconhecer limitações nas teorias de movimentos sociais. Examinando os conceitos de identidade coletiva e rede de movimentos sociais sugere que a abordagem de redes vai além da noção comum de movimento social como protesto público, na medida em que possibilita reconstituir o denso e complexo tecido relacional que estrutura as relações entre atores sociais no interior de grupos e organizações específicas ao movimento, e desses com atores político-institucionais.

¹ Doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: euzineia@hotmail.com.

I - Teorias de movimentos sociais e análise de redes: breve introdução

Comumente descritas como pertencentes à escola norte-americana ou europeia de ação coletiva a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) foram as que mais detidamente se debruçaram sobre os movimentos sociais e outras formas de ação coletiva, enquanto um campo temático específico das ciências sociais. Embora não sejam necessariamente excludentes, cada uma delas desenvolveu uma estrutura de análise própria.

A TMR e a TPP centraram suas pesquisas nas condições de emergência, desenvolvimento e sucesso da ação coletiva, tomando como pressuposto a racionalidade da ação coletiva. Em reação as teorias funcionalistas do comportamento coletivo os teóricos da mobilização de recursos defendem que a ação coletiva é fruto de um cálculo racional dos indivíduos sobre os custos e os benefícios da participação, cuja mobilização depende da posse de recursos materiais e não-materiais que se encontram disponíveis na sociedade. Por sua vez, os teóricos do processo político, embora permanecendo com a ênfase explicativa na racionalidade e estratégia da ação, substituíram a centralidade dada à mobilização de recursos econômicos e organizacionais pela dimensão política e cultural do movimento social. (della Porta e Diani, 2006; Tarrow, 1997).

Em contraposição, a TNMS afirma que a ação coletiva não se restringe às trocas, negociações e cálculos estratégicos de custos e benefícios, possibilitando a compreensão de certos movimentos contemporâneos cujas lutas se desenvolvem de modo conectado a questões culturais (simbólicas e identitárias), em um vasto campo cultural onde se formam laços de confiança e solidariedade (Melucci, 1989; Buechler, 1995; della Porta e Diani, 2006). Nesta perspectiva teórica os movimentos são constructos sociais, cuja ação coletiva se estabelece através da interação de objetivos, recursos e obstáculos, dentro de um sistema de oportunidades e coerções (Melucci, 2002, p. 37). Este modelo auto-reflexivo contribui com a compreensão de como os movimentos se constroem e porque os indivíduos criam laços de solidariedade, mesmo quando não serão diretamente afetados pelos benefícios alcançados. Neste sentido, a luta dos atores coletivos não se restringe a sua inclusão no sistema de organização política ou a obtenção de benefícios materiais, mas envolve a construção de novas identidades, culturas, linguagens e hábitos.

Entretanto, embora avanços fundamentais possam ser elencados no desenvolvimento destas teorias, elementos de extrema relevância foram negligenciados ou parcamente iluminados, ao passo que outros foram excessivamente ressaltados. A vertente norte-americana e europeia de movimentos sociais, ora enfatizando a estratégia dos atores no alcance de seus objetivos, ora a

identidade coletiva dos sujeitos na formação do movimento social (Cohen, 1985), impediram a formação de uma visão mais abrangente desse fenômeno social, capaz de elucidar de modo integrado tanto os nexos internos à ação coletiva quanto a relação dos participantes com atores político-institucionais como o Estado e o sistema político mais geral.

Neste trabalho busco analisar os conceitos de identidade coletiva e de rede de movimentos sociais, reconhecendo as contribuições da abordagem de redes sociais e os limites de teorias de movimentos sociais à compreensão do movimento ao longo de um *continuum* temporal que envolve ações de protesto público e de atuação institucional. O exame desta questão ocorre orientado pela perspectiva de redes sociais, cujos estudos possibilitam reconstituir o denso e complexo tecido relacional que estrutura as relações entre atores sociais no interior de grupos e organizações específicas ao movimento, e desses com atores político-institucionais.

A análise de redes sociais assume como premissa que as relações (ou laços) sociais estabelecidos por indivíduos, atores coletivos, associações ou organizações e instituições (e entre eles) constituem o elemento por excelência de estruturação da vida social. De modo geral, a abordagem relacional compreende a ação social dos atores como constituída em um contexto de relações múltiplas, dinâmicas e mutáveis (Emirbayer, 1997) e, nesse sentido, favorece o reconhecimento da diversidade de facetas que perpassam a ação coletiva.

II – Identidade coletiva e análise de redes sociais

O processo de identidade coletiva

Alberto Melucci defende uma abordagem processual de identidade coletiva que implica em uma visão construtivista, interativa e comunicativa da ação coletiva. Nessa visão, a identidade coletiva é derivada de ações que se constroem através de relações sociais entre atores diversos, em um sistema de oportunidades e constrangimentos. Sendo produto de constructo social, a identidade coletiva envolve um conjunto de indivíduos que agindo coletivamente constroem sua ação mediante a percepção cognitiva do campo de possibilidades e limites, da ativação de suas relações com o outro e dos objetivos que perseguem. Nesse âmbito, enfatizar a natureza socialmente construída da identidade coletiva significa romper com explicações correntes que ora a tomam como efeito de precondições estruturais, ora como expressão de valores e crenças. (Melucci, 1995).

Ainda conforme Melucci, “a identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores” (Melucci, 2002, p. 23), o que acentua a pluralidade de aspectos presentes na ação coletiva. Neste processo, os eventos que mobilizam a ação coletiva de um número de indivíduos combinam diferentes orientações, envolvem múltiplos atores e implicam um sistema de oportunidades e restrições que mutuamente interfere nas relações travadas. Importante ressaltar que, este processo de construção da ação coletiva não é linear, mas, ao contrário é dinâmico e ativo, podendo estar sujeito a contradições e sobressaltos, uma vez que é fruto de interações, negociações e exposto a oposição de diferentes orientações. A formação do ator coletivo se dá, então, em um sistema de ação que envolve orientações diversas e em estado de tensão recíproca, quanto aos fins da ação, aos meios, e a relação com o ambiente. Além disso, o processo de ‘construção social’ do coletivo em uma dinâmica de negociação e renegociação ocorre continuamente, enquanto perdurar a ação coletiva, em virtude de seu caráter interativo, resoluto e significativo.

Em suma, é este processo de ‘construção’ do sistema de ação que Melucci chama de identidade coletiva; ou seja, “identidade coletiva é uma definição comum e interativa produzida por vários indivíduos (ou grupos) e concernente a orientações da ação e ao campo de oportunidades e constrangimentos no qual a ação ocorre” (Melucci, 1995, p. 44). A identidade coletiva como um processo envolve três elementos em sua constituição: i) a definição cognitiva relativa a fins, meios e campo da ação; ii) a rede de relações ativas entre os atores que interagem, se comunicam, se influenciam mutuamente, negociam e tomam decisões; iii) requer um certo grau de investimento emocional, que habilita indivíduos a se sentirem parte de uma unidade em comum (Idem, p. 44-45). Assim definida, a identidade coletiva é repleta de significados (nem sempre negociáveis), mobiliza constantemente emoções e não pode ser reduzida ao cálculo de custo-benefício.

A construção da identidade coletiva ocorre com base em interpretações e narrativas, e depende da habilidade do ator para identificar-se como parte de um esforço coletivo e como ativista individual, distinguir-se dos demais atores sociais e políticos e do ambiente que o circunda, e, ao mesmo tempo, ser reconhecido pelos demais, em uma dinâmica de reconhecimento mútuo (della Porta e Diani, 2006; Melucci, 1995, 2002). A habilidade para reconhecer a si próprio (e a seu ambiente) e ser reconhecido diz respeito a dimensão relacional da identidade coletiva, cujo processo de diferenciação de um ator coletivo em relação a outro ou a sua auto-identificação como ator envolve um reconhecimento social. Melucci (1995) destaca que, o processo de auto-identificação do ator produz e mantém a unidade da ação coletiva que, por sua vez, insurge da capacidade de um

movimento em se localizar dentro de um sistema de relações sociais que envolve diferenças e conflitos.

Para o autor, o conceito de identidade coletiva possibilita uma visão dinâmica de ação coletiva que implica, além da inclusão do campo social como parte da construção do movimento, a dimensão de negociação ativa e de interação entre indivíduos, grupos ou partes do movimento. Entretanto, muito embora Melucci considere as dinâmicas de negociações, conflitos e oposições no processo de construção da identidade coletiva, são os elementos formadores do campo cultural comum compartilhado entre os atores reciprocamente reconhecidos que assume em sua teoria centralidade analítica. Desse modo, a construção da unidade presente na identidade coletiva e de seus meios de unificação, congruência e coesão são primordialmente enfatizados, ao passo que, o dissenso, o conflito e a tensão ocupam uma relevância analítica secundária.

É na teoria de Touraine que o conflito social assume primazia na compreensão do processo de formação da identidade coletiva, neste sentido, oferecendo grande complemento ao conceito. Como Melucci, Touraine insiste na objetividade de um campo cultural comum compartilhado pelos atores (Cohen, 1985), mas se distancia do primeiro ao afirmar que a construção da orientação cultural dos movimentos não pode ser separada do conflito social. Touraine (1985) argumenta que uma análise orientada puramente na auto-reflexão dos atores coletivos na construção da identidade do movimento, não introduz por si só a dimensão das relações sociais plenas de conflito, que reclama destaque particular. Defende, então, uma abordagem das relações de poder imersa na construção social da identidade coletiva, capaz de elucidar as dimensões do conflito presentes nas práticas de interpretação e significação societal.

Identidade coletiva, redes de relações e redes de movimentos sociais

O conceito de identidade coletiva como um processo reconhece a dimensão relacional da ação coletiva e as redes de relações sociais que se constituem interna e externamente ao movimento social. O movimento coletivo emerge mediante a ação de grupos, redes, organizações, cadeias informais de indivíduos que estabelecem relações entre si e formam uma rede de relações sociais desenvolvidas através de um processo de construção da identidade coletiva.

A própria construção da identidade coletiva em si se refere a uma rede de relações ativas de atores diversos, que interagem, se comunicam, se conflitam, negociam, tomam decisões e se influenciam mutuamente (Melucci, 1995). Nesses termos, elucidar o processo de construção da identidade coletiva requer, entre outros elementos, a compreensão das relações desenvolvidas nas redes sociais

que constituem o movimento. No entanto, embora teóricos reconheçam a existência de uma grande variedade de redes sociais presentes na estruturação da ação coletiva, as mesmas são quase sempre ignoradas pelos estudiosos de movimentos sociais (Diani, 2006). Ao contrário, as pesquisas enfatizam as formas de organização centralizadas como pré-requisito do sucesso da mobilização.

Mais recentemente, estudos de movimentos sociais utilizando a abordagem de redes sociais² têm atentado para esta lacuna e conseguido oferecer importantes contribuições. Nesta perspectiva, os estudos de Diani (2003a, 2003b, 1992) oferecem ricos complementos, em especial pela sua revisão crítica do conceito de movimento social dominante na literatura e a sistematização do conceito de Rede de Movimento Social (RMS), que visa analisar o movimento em sua abrangência, complexidade e heterogeneidade. Diani propõe um conceito alternativo a outras teorias de movimentos sociais que valoriza a estrutura relacional da ação coletiva e a integração de diferentes abordagens analíticas.

Os analistas de redes sociais procuram identificar o movimento social como uma dinâmica social específica, diferente de processos cognatos de ação coletiva e de contenção política, como rebeliões ou revoltas. Segundo eles, o movimento é formado por “atores formalmente independentes que estão situados em contextos locais específicos (...), produzem identidades específicas, valores e orientações, e perseguem metas e objetivos, estando ao mesmo tempo ligados através de formas de cooperação concreta e/ou reconhecimento mútuo em processos que vão além da ação de protesto específico” (Diani, 2003b, p. 301). Para Diani, o movimento social é uma rede de interações informais, composta por uma pluralidade de atores – indivíduos, grupos, associações ou organizações – que se engajam em relações de conflito com oponentes claramente definidos e compartilham uma identidade coletiva distinta. Seu conceito de RMS se fundamenta, então, em um tripé de elementos co-constituintes – rede informal, conflito social e identidade coletiva –, melhor definidos a seguir.

Redes informais. Os movimentos são formados por densas redes informais as quais permitem aos atores (indivíduos e organizações) as trocas de práticas e recursos simbólicos, através da coordenação de mecanismos de intercâmbio e distribuição que são negociados entre os próprios atores. *Conflito social.* Atores de movimentos sociais são engajados em conflito político e/ou cultural para promover ou se opor a uma mudança social. Conflito significa aqui uma relação de oposição entre atores que disputam um mesmo interesse (se político, econômico ou cultural); por exemplo, cuja demanda quando realizada por um, amarga o interesse do outro. *Identidade coletiva.* O movimento social toma corpo na medida em que desenvolve uma identidade coletiva, a qual vai

² Para uma introdução à análise de redes sociais ver Emirbayer (1997).

além de um evento específico, de uma iniciativa ou campanha. A identidade coletiva é construída com base em interpretações e narrativas e permite que cada ator se identifique como parte do esforço coletivo, enquanto mantém sua própria identidade como ativista individual. Ela está associada ao reconhecimento mútuo entre os atores, o qual define as fronteiras de um movimento que são, por consequência, inerentemente instáveis. (Diani, 2003b, p. 301-302; della Porta e Diani, 2006, p. 21-22).

Este conceito de RMS oferece avanços expressivos se comparado a outras teorias de movimentos sociais que, grosso modo, caracterizam movimento social de modo simplificado e estático. O conceito predominante de movimento social é tributário da teoria de mobilização de recursos segundo a qual o movimento é uma organização ou, nomeadamente, uma Organização de Movimento Social (OMS). Os teóricos da mobilização de recursos tratam os movimentos sociais como organizações, ou seja, como entidades burocráticas ordenadas, não espontâneas e formalmente conduzidas.

Como explicam McCarthy e Zald, “uma organização de movimento social é uma organização complexa ou formal, a qual identifica seus objetivos a partir das preferências de um movimento social ou um contra-movimento e se esforça para implementar aqueles objetivos” (1977, p. 1218). No intuito de focar explicitamente o componente organizacional do movimento, a TMR distingue ainda do movimento coletivo a Indústria de Movimento Social (IMS) e o Setor de Movimento Social (SMS). Enquanto a IMS compreenderia as OMS que tem como objetivo a realização de preferências amplas, o SMS consiste de todas as IMS em uma sociedade. Nesta perspectiva, os movimentos têm propriedades análogas às organizações que, por sua vez, possuem similaridades com as indústrias e firmas do mercado econômico. Nas palavras do próprio Zald:

“Organizações de Movimentos Sociais (OMS) podem ser vistas como paralelas a firmas competindo com outras firmas por recursos e para cumprir demandas. Todas as OMS dentro de um movimento particular pode ser pensada como uma indústria. Todas as indústrias de movimentos sociais constituem um setor de movimento social. Nós acreditávamos, e ainda acreditamos, que a analogia organizacional e/ou econômica nos permite ver como a demanda por ação do movimento configura o crescimento e declínio de uma indústria de movimento particular e a diferenciação de OMS e táticas dentro do movimento.” (Zald, 2005, p. 159).

A caracterização da OMS ocorre em virtude de seus objetivos e metas, definidos a partir de uma preexistente estrutura de preferência e sub-preferência dos indivíduos que compõem o movimento

e, das demandas por preferências dos seus empreendedores; e, por outro lado, segundo as estratégias construídas para mobilizar suportes, neutralizar e/ou transformar elites públicas em simpatizantes e, mudar metas. Embora seus teóricos considerem que as táticas utilizadas na mobilização de recursos (legitimidade, dinheiro, facilidade e trabalho) são influenciadas pela competição ou cooperação inter-organizacional, o principal foco da TMR é nas organizações de movimentos, antes que na relação entre elas.

Entretanto, mesmo considerando que a organização formal seja um componente importante do movimento social ela está longe de ser o único elemento ou o mais relevante. Ao contrário, limitações são apontadas ao conceito de OMS, neste caso, se comparado a noção de RMS. Em outras palavras, conceber movimentos sociais como redes oferece uma alternativa à tendência de tratar movimentos sociais como organizações de tipo peculiar³, inflexão esta de fecundas implicações.

Vale ressaltar que, o risco de reificação do movimento social em organização está presente, se reduzimos sua complexa e heterogênea rede de atores, instituições, processos, espaços e temporalidades aos arranjos organizacionais que as compõem. Deste modo, temos que movimentos não são meras organizações, nem organizações se configuram em movimentos; por outro lado, os movimentos podem incluir organizações formais, mas sua complexa compreensão não se restringe ao domínio dessa última. A organização do movimento é uma dentre o amplo e variado leque de formações, processos e agentes que constituem o movimento e (re) define sua fronteira. A noção de movimento como rede permite seu estudo como um todo, onde grupos e organizações com vários níveis de formalização e ligados em modelos de interação, intercambiam entre os diferentes espaços e níveis de centralidade e produzem relações de cooperação ou antagonismo; na rede de movimento as relações podem consistir em laços diretos ou indiretos, as relações podem ser simples ou múltiplas, e a fronteira da rede representa sua própria estrutura que é contingente, fluida e dinâmica.

A natureza informal das redes, ao mesmo tempo em que permite a diferenciação entre movimentos e organizações, possibilita abordar a questão da relação entre movimentos coletivos e canais da política institucional (partidos políticos, agências do Estado, entre outros) além da mobilização de recursos de poder voltados às ações de protesto público. Definir o movimento social em termos de relações, e não de atributos ou eventos, permite identificar todos aqueles indivíduos, grupos e

³ Os teóricos da MR classificam a OMS como uma organização de tipo peculiar, diferenciando-a das organizações da burocracia. A organização de movimento seria capaz de se engajar em processos de transformação organizacional e, com isso, tencionar a “lei de ferro” de Michels, segundo a qual a institucionalização da organização está associada diretamente a sua burocratização e elitização. (Ver Zald e Ash, 1966).

organizações que se auto-identificam (e são identificados pelos outros) como parte de um mesmo movimento; assim como aqueles com os quais o movimento interage (direta ou indiretamente) na vocalização e atendimento de seus objetivos, como outras organizações, redes e a institucionalidade política.

A rede de movimento social se desenvolve mediante o processo de construção da identidade coletiva, indo além de um evento, de uma campanha, ou de uma iniciativa específica. Os movimentos são redes não-hierárquicas e formas de organização com fronteira fluida definida pela identidade coletiva, ou seja, pelo reconhecimento mútuo de atores como membros do movimento interligados por uma cultura e solidariedade distinta. (Diani, 2003a, 2003b). A identidade coletiva traz consigo um sentimento de objetivo comum e de comprometimento partilhado, o qual permite que ativistas e/ou organizações se considerem indissolúvelmente ligados uns aos outros em torno de uma causa comum (Touraine, 1981 *apud* della Porta e Diani, 2006).

A presença de uma identidade coletiva que transcenda as fronteiras de um evento específico e reúna as diferentes ocorrências, manifestações e práticas de atores individuais, coletivos e organizacionais, e, ainda, que agrupe os diferentes contextos históricos e espacialidades envolvidas, é o principal elemento delimitador da rede de um dado movimento social. A consequência central desta definição é que o movimento social não se restringe a sua organização ou, muito menos, ao ato de protesto público. O movimento social (ou sua rede) é uma estrutura informal de organizações, grupos e indivíduos ligados por identidades coletivas ou reconhecimento mútuo, cuja ação pode ocorrer ao longo de um *continuum* temporal e perpassar períodos de protesto específico e de articulação com canais da política institucional.

A noção de RMS, nestes termos, permite compreender o movimento como um *continuum* de atividade e identidade, que envolve eventos de protesto e mobilização, mas também momentos de auto-reflexão e produção cultural e de atuação intra-institucional. O estudo da ação coletiva ao longo do tempo e suas (re)configurações foi negligenciado por grande parte dos trabalhos que, desde os anos 1970, assumiram a noção comum de movimento social como protesto público e empreendimento extra-institucional⁴.

⁴ Ambas, Teoria do Processo Político (TPP) e Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), não romperam com a tendência de associar movimentos sociais com eventos de protesto e fenômeno extra-institucional, embora o façam por motivos distintos. Para a TPP o êxito do movimento social converge com sua absorção e institucionalização pela política convencional, ou melhor, de suas demandas pelo sistema político. Na TNMS toda forma de relação com o Estado e o sistema político significa cooptação e perda de autonomia dos atores sociais. A abordagem de redes de movimentos lança maior atenção à conectividade entre eventos e sua relação com as redes de atores (sejam agentes sociais ou político-institucionais).

Esses debates giravam em torno da distinção entre movimento social e outros atores políticos em virtude desses primeiros adotarem um modelo de comportamento político considerado “incomum”, em contraste com estilos de participação política convencional, como partido político, grupo de interesse, entre outros. O protesto público passou a ser considerado o fator central do movimento social que, por sua vez, enfatiza sua natureza não-institucionalizada ou “*outsider*”⁵ à política institucionalizada. Nesta abordagem, o movimento é reconhecido mediante suas fases de intensa mobilização coletiva e atividade pública que, pelo seu caráter efêmero e cíclico, orientou inúmeros estudos explicativos acerca da emergência das “ondas de mobilização” ou “ciclos de protesto”⁶ (Tarrow, 1997).

Conceber o movimento social como protesto e, portanto, como atividade extra-institucional, circunscreveu o estudo de sua emergência, desenvolvimento e sucesso aos ciclos de mobilização política. Severos entraves para teoria e prática dos movimentos sociais são daí decorrente. Primeiro, desconsiderou-se que a centralidade do protesto público varia conforme o movimento, por exemplo, ocupando posição marginal entre movimentos religiosos ou voltados a mudanças culturais; e movimentos que representam conflitos culturais e simbólicos normalmente se manifestam através da adoção de estilos de vida específicos (della Porta e Diani, 2006). Segundo, formas alternativas de manifestação do protesto social têm surgido recentemente, como através do uso das tecnologias de comunicação (internet e celulares), aos moldes de novos repertórios de ação. Terceiro, negligenciou-se o estudo das formas de atuação e identidade coletiva do movimento ao longo de um *continuum* temporal. Sobre este último aspecto me atarei um pouco mais.

A questão da continuidade do movimento ao longo do tempo é de suma importância. De um lado, de fato, os movimentos sociais se caracterizam alternadamente entre períodos de intensa e parca mobilização. De outro, o reconhecimento do fenômeno de mobilização cíclica não desautoriza tratar a experiência do movimento ao longo de um *continuum*. Pertinente instrumento analítico à compreensão da continuidade do movimento social é a noção de fase “visível” e fase de “latência” de Melucci (1996, 2002). Segundo o autor, na fase “visível” do movimento, ou fase de intensa atividade manifesta, prevalece a dimensão pública da ação, expressa através de iniciativas públicas, de formas diversas de demonstração de pressão, intervenções nos meios de comunicação, dentre outros, com alto nível de cooperação e interação entre os vários atores mobilizados.

⁵ Segundo Goldstone (2004), a dicotomia entre movimento “*outsider*” e “*insider*” à política institucionalizada não faz sentido e dificulta a compreensão das atividades do movimento ao longo do tempo. Além disso, que a transição do movimento para “dentro” da política institucionalizada (através da ação de influência no resultado das políticas) é um resultado desejável, o que ocorre mediante o aumento do acesso ao sistema político. Para ele, o êxito do movimento decorre da combinação de diferentes estratégias de atuação – “*outsider*” e “*insider*”.

⁶ Para Sidney Tarrow, os movimentos sociais são caracterizados pela exposição de seus objetivos através de ação direta disruptiva contra as elites, as autoridades e outros grupos ou códigos culturais (Tarrow, 1997, p. 22).

A fase de “latência” corresponde à ação no interior das organizações do movimento e a produção cultural. É o período em que as relações entre organizações e grupos militantes são, em geral, limitadas a contatos interpessoais e informais e a capacidade de mobilização da massa é reduzida (Melucci, 1996). Nesses casos, o movimento vivencia situações de reconfiguração dos elementos característicos de sua ação – sua forma de atuação, identidade coletiva, códigos de pertencimento e reconhecimento mútuo –, e reelaboram suas referências identitárias do passado e as reorganizam em um novo contexto.

Na fase de “latência”, a solidariedade coletiva e o senso de pertencimento a uma causa, embora presentes de modo reelaborado, não são tão óbvios como o são nos períodos de intensa mobilização pública. A identidade coletiva é resignificada e alimentada pelas ações ocultas de um número limitado de atores. Segundo della Porta e Diani (2006), a persistência destes sentimentos de pertencimento e identidade coletiva na fase de “latência” pode ter no mínimo duas conseqüências. Primeiro, criar as condições para o *revival* da ação coletiva e mobilização precedente. Segundo, as representações de mundo e identidade desenvolvidas em um dado período podem facilitar o desenvolvimento de novos movimentos e novas solidariedades, em um processo de gradual transformação.

Os movimentos contemporâneos constituem, assim, um modelo de funcionamento em dois pólos reciprocamente conectados. No dizer de Melucci:

“A latência torna possível a ação visível porque proporciona os recursos de solidariedade que necessita e produz o marco cultural dentro do qual surge a mobilização. Esta última, por sua vez, reforça as redes submersas e a solidariedade entre seus membros, cria novos grupos e recruta novos militantes atraídos pela ação pública do movimento, que passam a formar parte de tais redes.” (Melucci, 2002, p. 128)

Esta noção de fase “visível e fase de “latência” de Melucci, articulada ao conceito de RMS, favorece a compreensão do movimento em um *continuum* de atividade e identidade. Partindo de uma visão não dicotômica entre ação extra-institucional e intra-institucional, cujas fronteiras nem sempre são precisas e impermeáveis, pode-se dizer que os movimentos podem atuar tanto em ações movimentistas ou de protesto quanto em fóruns e canais da política institucional, exprimindo desenhos de manifestação política de modo continuado e intermitente. Nestes espaços diversos de atuação desenvolvem e reelaboram suas identidades coletivas ininterruptamente. Como expõem della Porta e Diani (2006), a continuidade significa não necessariamente a persistência dos mesmos elementos representativos da rede do movimento de um contexto específico, mas sua permanente reelaboração e reorganização contextualizada.

Em suma, o conceito de RMS oferece contribuições relevantes ao estudo dos movimentos e de suas identidades coletivas, ao suplantar teorias dominantes centradas na estrutura de preferências e interesses, na mobilização de recursos, na organização formal, na atividade não-institucional. Por sua vez, valoriza a diversidade de dinâmicas identitárias, interacionais e conflitivas que se constituem entre uma multiplicidade de atores, assim como sua mudança (ou resignificação) ao longo do tempo.

IV - Considerações finais

Os estudos de redes sociais focados neste trabalho oferecem uma compreensão mais abrangente, complexa e dinâmica dos movimentos coletivos, se comparados as teorias predominantes de ação coletiva, na medida em que: (1) visam construir uma abordagem de movimento social que valorize sua estrutura relacional e a integração de diferentes (e complementares) conceitos analíticos na elucidação das relações presentes na rede; e (2) buscam consolidar enfoques alternativos à compreensão dos movimentos antes negligenciados pelas teorias correntes, associando-os a estrutura das redes de ação coletiva.

A rejeição da noção de movimento social como organização (OMS) e sua substituição pelo conceito de rede de movimento social (RMS), permite analisar a rede do movimento como um todo, além de suas múltiplas e variadas organizações. Na perspectiva de redes o movimento social contempla uma heterogênea gênese, podendo ser formada por ativistas, grupos sociais, organizações, eventos, população em geral, cuja fronteira é delimitada pela identidade coletiva construída na própria rede. Segundo Diani (2003b), a idéia de rede como base para os estudos de movimentos sociais possibilita uma “análise multinível”, ou seja, que integre os diferentes componentes da gênese do movimento (indivíduos, organizações, eventos) em uma única estrutura relacional. A valorização da estrutura da rede do movimento favorece, ainda, tratar metodologicamente a idéia de identidade coletiva e conflito social desenvolvida pelos teóricos dos novos movimentos sociais, na medida em que os concebe de modo interdependente à rede informal. Nestes termos, a rede do movimento é construída pela identidade coletiva e ações, e ambas se constituem mediante as relações travadas nesta rede informal, em um processo de influência mútua.

A abordagem de rede social atenta, por fim, para a necessidade de explorar a potencial continuidade da atuação do movimento ao longo do tempo, em questões e atividades de seu

interesse, introduzindo mais explicitamente a dimensão do tempo nas análises. A compreensão da ação coletiva ao longo de um *continuum* temporal é vital para que reconfigurações, mudanças e permanências em seu padrão de atuação e identidade coletiva possam ser mapeadas, assim como sua relação com eventos específicos e, ainda mais, com a própria estrutura da rede. Tal perspectiva contribui para explicar as variações na ação e identidade do movimento, passando por períodos de protestos públicos e contextos de articulação aos canais institucionais da política.

Bibliografia

- BUECHLER, S. M. (1995). New Social Movement Theories. *The Sociological Quarterly*, 36(3), 441-464.
- COHEN, J. (1985), Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements. *Social Research*, vol. 52, n° 4, pp. 663-716.
- DELLA PORTA, D. & DIANI, M. (2006) *Social Movements: an introduction*. 2 Ed. Oxford/Cambridge, MA: Blackwell.
- DIANI, M. & McADAM, D. (Eds.). (2003) *Social movements and networks*. Relational approaches to collective action. Oxford University Press.
- DIANI, M. (2003a) Introduction: social movements, contentious actions, and social networks: 'from metaphor to substance'? In: DIANI, M. and McADAM, D. *Social Movements and networks*. Relational approaches to collective action. Oxford University Press, p. 1-18.
- DIANI, M. (2003b) Networks and social movements: a research programme. In: DIANI, M. and McADAM, D. *Social Movements and networks*. Relational approaches to collective action. Oxford University Press, p. 298-319.
- DIANI, M. (1992), "The Concept of Social Movement". *The Sociological Review*, vol. 40, n° 1, pp. 1-25.
- DIANI, M. (2006) Networks and Participation. In: SNOW, D.; SOULE, S. A. & KRIESI. *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford: Blackwell Publishing; p. 339-359.
- EMIRBAYER, M. & MISCHKE, A. (1998) What is Agency? *American Journal of Sociology*, 103 (4): 962-1023.
- EMIRBAYER, (1997). Manifesto for a relational sociology. *American Journal of Sociology*, Vol 103, n.2.
- GOLDSTONE, J. A. (2004). More Social Movements or Fewer? Beyond Political Opportunity Structures to Relational Fields. *Theory and Society*, 33(3/4, Special Issue: Current Routes to the Study of Contentious Politics and Social Change), 333-365.
- MELUCCI, A. (1980). The new social movements: A theoretical approach. *Social Science Information*, 19(2), 199.
- MELUCCI, A. (1989) *Nomads of the present*. London: Hutchinson Radius.
- MELUCCI, A. (2001) *A invenção do presente*. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Rio de Janeiro, Vozes.
- MELUCCI, A. (2002) *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. México: El Colegio de México, Centros de Estudios Sociológicos.
- MELUCCI, A. (1996) *Challenging codes*. Cambridge/New York: Cambridge University Press.
- MELUCCI, A. (1995) The process of collective identity. In: JOHNSTON, H. & KLANDERMANS, B. (eds.) *Social movements and culture*. University of Minnesota.
- TARROW, S. (1997) *El poder en movimiento*. Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política. Madrid: Alianza Editorial.
- TOURAINE, A. (1985) An introduction to the study of social movements. *Social Research*, vol. 52, n. 4, p. 749-787.
- ZALD, M. (2005). The Strange Career of an Idea and its Resurrection: Social Movements in Organizations. *Journal of Management Inquiry*, 14(2), 157.
- ZALD, M. N., & ASH, R. (1966). Social Movement Organizations: Growth, Decay and Change. *Social Forces*, 44(3), 327-341.
- ZALD, M. N. & BERGER, M. (1978) Social movements in organizations: Coup d' etat, bureaucratic insurgency, and mass movement. *American Journal of Sociology*, 83 (4), 823-861.